

País paga US\$ 1,758 bilhão em dois anos ao Clube de Paris

por Flora Holzman
de Brasília



Antonio Kandir

A proposta brasileira de renegociação da dívida externa apresentada ao Clube de Paris prevê o refinanciamento de US\$ 18,15 bilhões referentes à soma do estoque da dívida já reescalada anteriormente — denominada PRD —, mais o saldo dos créditos contratados até março de 1983, além dos atrasados acumulados durante o ano em curso. Na prática isso significa que, nos próximos dois anos, o País fará apenas os pagamentos vencidos — principal e juros — da dívida assumida após 1983 ou relativos às agências (excluídas). Essa dívida não exigível foi estimada em US\$ 1,758 bilhão.

Dessa forma, o governo pretende eliminar a concentração de pagamentos previstos em 1991 e 1992 de modo a manter intacto o coração da proposta brasileira apresentada aos bancos credores privados: a capacidade de pagamentos estimada para os próximos anos. Para tanto, será necessário reduzir as transferências para as agências oficiais conforme previsto, cerca de US\$ 670 milhões, pelo menos nos próximos dois anos.

DIVISÃO

A negociação com o Clube de Paris implica na divisão na dívida em dois blocos. O primeiro engloba os créditos contraídos após

1983 e as dívidas junto a algumas agências governamentais que estão fora da proposta global que serão pagas normalmente — tanto no que se refere a juros quanto a amortizações — para assegurar o bom relacionamento com o sistema financeiro internacional e atrair novos investimentos.

Em um segundo bloco, serão alvo de renegociação para pagamentos com vencimento após 1995, todo o estoque da dívida considerada “contaminada” — alvo de sucessivos refinanciamentos e que não está sendo honrada há vários anos — mais os pagamentos vencidos em 1991 e 1992 relativos a juros e amortização dos empréstimos obtidos até 1993, ainda não renegociados. Somado a estes dois itens estará identificado um “novo

principal” sobre o qual incidirão juros a vencer também a partir de 1996.

É exatamente em virtude dessa capitalização dos juros que os negociadores da dívida externa brasileira estimam um crescimento significativo dos volumes de transferências externas do setor público a partir de 1996, quando o Brasil deverá desembolsar anualmente cerca de US\$ 14 bilhões, conforme consta da proposta apresentada aos bancos credores.

Na proposta revisada pela equipe técnica do comitê de bancos credores figura ainda outro pressuposto fundamental para manter incólume a estimativa inicial da “capacidade de pagamento” do Brasil: o ingresso de recursos do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor médio de US\$ 1 bilhão ao ano, de forma a permitir o cumprimento do programa de amortizações dos créditos anteriores, sem impactar o fluxo de pagamentos que nas planilhas não inclui o principal (ver matéria abaixo).

“PAÍS É SOLVENTE”

Fundamentados nesses e nos demais pressupostos de superávit primário nos primeiros dois anos, redução do endividamento interno e no recebimento de senhoriação, os negociadores da dívida demonstraram à equipe técnica do comitê de

bancos que “o Brasil é um país solvente, que não necessita de uma redução da dívida como pressuposto para negociação”, explicou o secretário de Política Econômica, Antonio Kandir.

Segundo ele, é necessário apenas assegurar um esquema adequado de pagamentos para que o País tenha condições de honrar a totalidade dos débitos externos e internos.

No entanto, Kandir admite a possibilidade de que o Brasil ofereça alguma forma de garantia para lastrear os “zero coupon bonds”, que espera colocar junto aos bancos credores que se dispõem a manter suas posições de crédito no País.

Essas garantias, contudo, se exigidas, poderão representar uma alteração na proposta apresentada, porque o impacto desse desembolso reduziria ainda mais a estimativa de capacidade de pagamentos. “Se os bancos exigirem “colateral” (garantias) — seja na forma de depósitos em alguma instituição internacional seja aquisição de bônus do Tesouro americano, conforme fez o México quando de seu último acordo —, teremos menos dinheiro disponível para pagar os credores”, lembrou Kandir, “a menos que o Tesouro americano ou o Banco Mundial concedam financiamento para esse fim”.